



- REQUERIMENTO      Número    /XI (    .ª)
- PERGUNTA              Número    /XI (    .ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da  
Mesa

**Assunto: Coacção de trabalhadores na empresa Beliape - Avicultura e Pecuária,  
S. A.**

**Destinatário: Ministério da Administração Interna**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

O Grupo Beliape - Avicultura e Pecuária, S. A., de Cucujães, Oliveira de Azeméis, deve aos 130 trabalhadores cinco salários que estão com o pagamento em atraso, o subsídio de férias e de Natal. Esta situação já foi alvo de uma pergunta realizada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a qual ainda aguarda resposta por parte do Governo.

Os trabalhadores da fábrica encontram-se em vigília, à porta da fábrica de Cucujães, procurando garantir que não seja retirado nenhum material do interior. Desta forma procuram garantir que o património da empresa não é desviado pela administração.

Esta posição de defesa dos seus direitos, por parte dos trabalhadores, levou a que a administração da empresa tenha optado por uma atitude de coacção e violência visando a sua desmobilização. Os trabalhadores queixam-se de terem sido ameaçados por armas de fogo e de ter sido arremessado um artefacto explosivo, cujas marcas ainda são visíveis no terreno. A administração colocou à porta da empresa um conjunto de seguranças que terão chegado mesmo a agredir um dos trabalhadores. Os trabalhadores, quando confrontados com estas situações, recorreram à Guarda Nacional Republicana (GNR) para garantia de defesa da sua integridade física.

A resposta por parte dos militares da GNR deixou à vista uma atitude receosa, que não garante a defesa da integridade física dos trabalhadores. Após ter sido arremessado o engenho explosivo no dia 31 de Janeiro, os trabalhadores deram conhecimento da situação à GNR, que enviou dois militares ao local. Contudo, mesmo depois das denúncias dos trabalhadores e populares presentes, os militares da GNR só identificaram as pessoas presentes nas instalações da fábrica devido à insistência dos trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação reportada?
2. Quais as garantias que os trabalhadores poderão ter de que a sua integridade física não será colocada em causa pelos seguranças ao serviço da administração?
3. Como explica o Governo que tendo os trabalhadores indicado existirem armas de fogo e armas de electrochoque, bem como engenhos explosivos, a GNR não tenha imediatamente procedido a uma investigação da validade destas denúncias?
4. Quais as medidas que o Governo pretende levar a cabo para investigar os indícios de posse de arma ilegal e de atitude persecutória apresentados?

Palácio de São Bento, 31 de Janeiro de 2011.

**Os Deputados**

**Pedro Filipe Soares**